



NOTA DOS AUTORES À 3.^a EDIÇÃO

É com grande alegria que oferecemos ao leitor a terceira edição do nosso *Lavagem de Dinheiro*.

Já na Nota à segunda edição mencionávamos nossa satisfação pelo interesse dos leitores, revelado pelo rápido esgotamento da tiragem impressa. Uma terceira edição é motivo de mais orgulho, porque revela a consolidação da acolhida da obra.

A opção por mais uma nova edição se deve às inúmeras novidades legais e jurisprudenciais pelas quais passa o cenário jurídico nacional, dentre as quais a consolidação da posição do Supremo Tribunal Federal sobre temas importantes relativos à lavagem de dinheiro, com a publicação do acórdão da Ação Penal 470 (o chamado Mensalão). Por ocasião da segunda edição da presente obra, optamos expressamente em não incluir maiores comentários sobre esse julgamento diante da pendência de embargos infringentes sobre diversos pontos, em especial aqueles referentes à lavagem de dinheiro.

Passado algum tempo, julgados os embargos, e consolidada a interpretação da Suprema Corte acerca de elementos importantes do delito de lavagem de dinheiro, torna-se possível uma análise crítica sobre o precedente judicial.

Por outro lado, o tema deste livro ganhou certa notoriedade com a deflagração da Operação Lava Jato, consistente em um conjunto de inquéritos e ações penais nos quais se imputa a agentes públicos e privados, dentre outras acusações, a prática da lavagem de dinheiro. Com isso, inúmeras reflexões doutrinárias sobre o delito surgiram na forma de artigos e livros, com novas perspectivas e pontos de vista sobre sua estrutura, aprimorando o panorama acadêmico e exigindo revisitação de alguns posicionamentos anteriores.

Importa destacar, ainda, que a mesma Operação Lava Jato, consolidou o uso da colaboração premiada no âmbito da lavagem de dinheiro, valendo-se da Lei 12.850/2013, que regulamentou o instituto de forma mais clara e precisa. Tal prática explicitou tanto vantagens quanto problemas concretos deste meio de obtenção de prova, que exigiram a revisitação do tema na presente edição.

Por fim, vale mencionar que esse cenário de apurações mais rigorosas de práticas de lavagem de dinheiro tem levado empresas e profissionais privados a implementar programas de integridade e de idoneidade, voltados à prevenção do delito. Tais práticas de *compliance* também são analisadas na presente edição, que não tem a pretensão de esgotar o tema, mas o objetivo de apresentar um panorama e os principais desafios dessa atividade.





Portanto, pode-se concluir que a publicação definitiva do acórdão da Ação Penal 470, as novas reflexões doutrinárias sobre lavagem de dinheiro, os desafios da colaboração premiada e as novas diretrizes de prevenção ao delito são os motivos desta nova edição, que esperamos contribua para consolidar o entendimento sobre alguns aspectos de um tipo penal ainda tão controverso e polêmico.

GUSTAVO BADARÓ E PIERPAOLO BOTTINI
São Paulo, setembro de 2016.





PREFÁCIO À 3.^a EDIÇÃO

Com satisfação aceitei o convite para prefaciá-la essa 3.^a edição da obra *Lavagem de Dinheiro*, escrita pelos professores Gustavo Badaró e Pierpaolo Cruz Bottini. Mais do que uma mera atualização das edições anteriores, o livro amplia qualitativamente seu espectro de análises, incluindo temas relevantes como o *compliance*, reflexões interessantes sobre a colaboração premiada, e tantos outros que merecem atenção.

O crime de *lavagem de dinheiro* ainda suscita candentes discussões. Tanto nos tribunais quanto na academia, discute-se sua composição objetiva, a autoria, os elementos subjetivos, a prescrição, as medidas cautelares, e diversos outros aspectos materiais e processuais. Ainda que não exista consenso sobre diversos pontos, o passar do tempo viu a consolidação de alguns entendimentos, que são apresentados no livro, o que contribui com a progressiva pacificação de alguns debates e com a segurança jurídica.

A análise detida da dogmática penal e processual empreendida pelos professores-autores colabora para esse enfrentamento de dúvidas e superação das controvérsias. O recurso à teoria do bem jurídico, à imputação objetiva e aos princípios de um processo democrático permitirá a compreensão e aplicação da lei de forma coerente e racional. A exposição das normas estrangeiras, e de alguns julgados paradigmáticos de Tribunais de outros países, revela que as dificuldades e perplexidades não são apenas nacionais. E as discussões em fóruns externos podem contribuir com diretrizes interpretativas importantes, possibilitando a antevisão de problemas e sua superação com base em experiências bem-sucedidas, desde que coerentes com os institutos jurídicos nacionais.

Em suma, o tipo penal merece contínua atenção acadêmica, e essa nova edição da obra apresenta com clareza e profundidade as principais questões e propostas para sua solução. O conteúdo e os contornos dos debates ainda são incertos, mas não há dúvida que o livro será um importante instrumento para enfrentar controvérsias e polêmicas que continuam a pautar a aplicação da lei de lavagem de dinheiro.

MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA
Ministra do Superior Tribunal de Justiça







SUMÁRIO

NOTA DOS AUTORES À 3. ^a EDIÇÃO	13
PREFÁCIO À 3. ^a EDIÇÃO	15

PARTE I LAVAGEM DE DINHEIRO

INTRODUÇÃO.....	27
1. ASPECTOS CONCEITUAIS DA LAVAGEM DE DINHEIRO	29
1.1. Considerações iniciais.....	29
1.2. Características e fases da lavagem de dinheiro	31
2. POLÍTICAS DE COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO.....	35
2.1. Âmbito internacional. As convenções e diplomas internacionais. As Recomendações do Gafi.....	35
2.2. Cooperação privada. Os <i>gatekeepers</i>	40
2.3. Combate à lavagem de dinheiro no Brasil.....	42
2.3.1. Considerações gerais	42
2.3.2. Cooperação privada no combate à lavagem de dinheiro. Pessoas e entidades obrigadas (art. 9.º). A expansão no novo texto legal.....	44
2.3.3. Obrigações administrativas: conheça seu cliente (art. 10), dever de comunicação e de <i>compliance</i> (art. 11)	46
2.3.4. Unidade de Inteligência Financeira (Coaf).....	46
3. PROGRAMAS DE COMPLIANCE VOLTADOS À PREVENÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO	51
3.1. Introdução.....	51

3.2. Objetivos dos programas de <i>compliance</i> voltados à prevenção da lavagem de dinheiro	54
3.3. Modelos de <i>compliance</i>	57
3.4. Marco legal e regulamentar.....	58
3.5. Características e estrutura do <i>compliance</i> em lavagem de dinheiro.....	60
3.5.1. Distribuição de atribuições/responsabilidades. Autonomia do setor de <i>compliance</i>	60
3.5.2. Código de Conduta.....	62
3.5.3. Seleção e treinamento do corpo funcional.....	62
3.5.4. Precaução com novos produtos	63
3.5.5. Coleta, registro, confirmação e atualização de informações.....	63
3.5.6. Especial cuidado com pessoas politicamente expostas.....	66
3.5.7. Os beneficiários finais.....	67
3.5.8. Conheça seu fornecedor (<i>know your supplier</i>) e seu parceiro (<i>know your partner</i>)	69
3.5.9. Análise de riscos e definição de procedimentos	69
3.5.10. Comunicação de operações suspeitas.....	71
3.5.11. Procedimentos internos de investigação.....	73
3.5.12. Avaliação periódica do programa de prevenção à lavagem de dinheiro	74
3.6. Conclusão	75

PARTE II

LAVAGEM DE DINHEIRO. ASPECTOS PENAIS

1. O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO.....	79
1.1. Considerações iniciais.....	79
1.2. Bem jurídico tutelado	79
1.2.1. Conceito de bem jurídico. A crise do instituto e sua capacidade de rendimento dogmático.....	79
1.2.2. Bem jurídico tutelado pelas normas de lavagem de dinheiro ...	81
1.2.2.1. O bem jurídico lesado no crime antecedente como objeto de tutela da norma de lavagem de dinheiro	82
1.2.2.2. A Administração da Justiça como bem jurídico lesionado pelo delito de lavagem.....	85



1.2.2.3.	A ordem econômica como bem jurídico afetado pela lavagem de dinheiro	86
1.2.2.4.	Posicionamento	89
1.2.2.5.	Pluriofensividade.....	93
1.2.2.6.	Crítica.....	94
2.	DOS TIPOS PENAIS.....	97
2.1.	Apresentação.....	97
2.2.	Ocultação e dissimulação (art. 1.º, <i>caput</i>).....	97
2.2.1.	Infrações penais antecedentes.....	97
2.2.1.1.	Modelos legislativos	97
2.2.1.2.	Expansão do rol de antecedentes	99
2.2.1.3.	Estrutura da infração antecedente. Fato típico e antijurídico. Efeitos da colaboração premiada sobre o delito antecedente e sobre a lavagem de dinheiro. A lavagem da lavagem.....	101
2.2.1.4.	Prova da infração antecedente.....	106
2.2.1.5.	Objeto material. Bens, direitos e valores	109
2.2.1.6.	Relação entre crime antecedente e objeto material. Hipóteses de mescla de bens	111
2.2.1.7.	Algumas considerações sobre o crime contra a ordem tributária como antecedente da lavagem de dinheiro..	115
2.2.2.	A ocultação e a dissimulação	118
2.2.2.1.	Crimes de resultado. A questão da insignificância.....	122
2.2.2.2.	Consunção: quando a ocultação/dissimulação integram a infração penal antecedente – o caso da corrupção passiva e outros delitos	124
2.2.2.3.	Questão cronológica: a ocultação/dissimulação deve ser posterior à prática da infração antecedente	128
2.2.2.4.	Sujeito ativo. Crime comum. Hipóteses de autolavagem.....	130
2.2.2.5.	Crime permanente ou instantâneo	132
2.2.3.	Elementos subjetivos.....	137
2.2.3.1.	A lavagem de dinheiro como crime exclusivamente doloso. Prova do dolo.....	137
2.2.3.2.	A questão do dolo eventual. Hipóteses de cegueira de liberada.....	139
2.2.3.3.	Do erro de tipo e de subsunção.....	147

2.2.3.4.	Momento do dolo. Dolo antecedente e subsequente. O problema do dolo superveniente	148
2.2.3.5.	Elementos subjetivos especiais	150
2.3.	Da conduta do § 1.º do art. 1.º	154
2.3.1.	Elementos objetivos. Apenas bens “diretamente” provenientes de infrações	155
2.3.2.	Elementos subjetivos. O dolo direto	157
2.4.	Do inc. I do § 2.º	160
2.4.1.	Elementos objetivos. Apenas bens “diretamente” provenientes de infrações	160
2.4.2.	Elementos subjetivos. Admissibilidade do dolo eventual	162
2.5.	Do inc. II do § 2.º	165
3.	DA AUTORIA E DA PARTICIPAÇÃO	167
3.1	Autoria. Autoria direta, mediata e coautoria. Autoria em estruturas de poder organizadas	167
3.2.	Da participação	170
3.2.1.	Conceito	170
3.2.2.	Da colaboração moral	171
3.2.3.	Colaboração material. Requisitos. Teoria da imputação objeti- va. Definição dos deveres de cuidado. O dever norma de caute- la com base na experiência geral da vida	172
3.2.4.	Advogados, consultores e outros profissionais. Limites da par- ticipação punível	183
4.	DA OMISSÃO PENALMENTE RELEVANTE	197
4.1.	Do progressivo uso da omissão imprópria na lavagem de dinheiro	197
4.2.	Dever de garante	198
4.3.	Descumprimento das regras administrativas e dever de garante	199
4.4.	Do elemento subjetivo na <i>omissão imprópria</i>	200
5.	DA TENTATIVA	203
6.	DA PENA	207



6.1. Medida da pena. Critérios para fixação. Pena de multa na <i>lavagem de dinheiro</i>	207
6.2. Causas de aumento (art. 1.º, § 4.º)	210
6.2.1. Reiteração delitiva.....	210
6.2.2. Organização criminosa	212
6.3. Delação premiada (art. 1.º, § 5.º).....	216
7. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO	225
7.1. Da perda.....	225
7.2. Da interdição	227
8. PRESCRIÇÃO	229
9. NOVA LEI NO TEMPO	231

PARTE III
ASPECTOS PROCESSUAIS PENAIS

INTRODUÇÃO.....	235
1. DO PROCEDIMENTO APLICÁVEL	237
2. DA RELAÇÃO DE ACESSORIEDADE ENTRE O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO E A INFRAÇÃO ANTECEDENTE E A INDEPENDÊNCIA DE PROCESSOS E JULGAMENTOS.....	239
2.1. Da questão prejudicial e da influência da coisa julgada no processo pelo crime antecedente	241
3. DA COMPETÊNCIA PARA O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO	255
3.1. Da competência da Justiça Federal	255
3.1.1. Das varas especializadas no combate à lavagem de dinheiro na Justiça Federal	260
3.1.1.1. Da discussão sobre a possibilidade de especializar varas mediante atos normativos internos dos tribunais... ..	261
3.1.1.2. Das Resoluções e Provimentos que especializam varas de lavagem de dinheiro e o problema da competência territorial	271

3.1.1.3. A garantia do juiz natural e aplicação imediata das mudanças de competência em razão da especialização das varas de lavagem de dinheiro	276
3.2. Da conexão	289
3.2.1. Da prorrogação de competência: competência absoluta ou relativa e as varas especializadas em lavagem de dinheiro	296
3.2.2. Da conexão com crime eleitoral	303
3.2.3. Da separação dos processos (art. 80 do CPP) e a garantia do juiz natural.....	307
3.3. Do foro por prerrogativa de função	314
4. DA JUSTA CAUSA PARA AÇÃO PENAL	317
4.1. Da prova da infração antecedente para a condenação por lavagem de dinheiro.....	321
4.2. Da aptidão da denúncia por lavagem de dinheiro, em relação à imputação do crime antecedente.....	323
5. DA CITAÇÃO E DO NÃO COMPARECIMENTO DO ACUSADO	327
6. DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS.....	331
7. DAS MEDIDAS CAUTELARES REAIS	335
7.1. Das medidas assecuratórias cabíveis	338
7.1.1. Do sequestro de bens	344
7.1.2. Especialização e registro da hipoteca legal	348
7.1.3. Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal	352
7.1.4. Arresto subsidiário de bens móveis	354
7.1.5. Da busca e apreensão.....	354
7.2. Do conceito de <i>indícios</i> suficientes e de seu objeto: o problema dos <i>standards</i> probatórios	356
7.3. Da alegada inversão do ônus da prova.....	361
7.4. Da alienação antecipada: hipótese de cabimento.....	364
7.5. Da liberação dos bens constritos.....	365
7.5.1. Do comparecimento pessoal como condição de conhecimento do pedido de liberação.....	368



7.6. Do levantamento do sequestro.....	369
7.7. Das defesas contra o sequestro: o pedido de liberação	374
7.8. Da aplicação subsidiária das defesas contra o sequestro previstas no Código de Processo Penal.....	376
7.8.1. Dos embargos de terceiros	376
7.8.2. Dos embargos do acusado.....	380
7.8.3. Dos embargos do terceiro de boa-fé.....	384
7.9. Da apelação contra a decisão que decreta o sequestro	385
7.10. Das defesas contra a busca e apreensão	388
7.11. Da finalidade das medidas cautelares reais	394
7.12. Da alienação antecipada.....	395
8. DA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES.....	409
9. DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS SOB MEDIDA CAUTELAR REAL.....	413
9.1. Da remuneração do administrador	418
10. DA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	421
11. DO ACESSO A DADOS CADASTRAIS DOS INVESTIGADOS	423
12. DA FORMA DE COMUNICAÇÃO DOS DADOS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS.....	429
13. O AFASTAMENTO DAS FUNÇÕES DO SERVIDOR PÚBLICO INDICIADO POR LAVAGEM DE DINHEIRO	431
14. O PRAZO LEGAL PARA O ARMAZENAMENTO DE DADOS PELA RECEITA FEDERAL	435
BIBLIOGRAFIA	437
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES.....	463